

Clipping n° 977

, 16 Abril 2012 - 11:42:51

Lançamento de embalagens cresce mais no Brasil do que no mundo em 2012 Depois de uma queda no número de novos produtos colocados no mercado em 2011, os lançamentos de embalagens voltaram a crescer no primeiro trimestre de 2012. No período, o Brasil atingiu um aumento de 16,1%, com 3.307 embalagens lançadas, contra 2.849 no mesmo trimestre de 2011. O índice alcançado pelo País ficou acima da média global de expansão, que foi de 15,9%, com 76.106 embalagens contra as 65.668 do ano anterior. Os resultados foram apurados pelo Laboratório de Embalagem ESPM, com base em dados do GNPD Mintel. No mesmo período de 2011, o mercado nacional havia registrado queda de 2,92%, enquanto globalmente houve retração de 2,6%. No ranking geral, apesar do crescimento, o Brasil caiu uma posição, passando a ocupar o sétimo lugar. Em relação aos tipos de embalagens mais utilizados neste início de 2012, no Brasil, a garrafa ainda lidera o ranking, composto por flexível (2º), tubo/bisnaga (3º), pote (4º), caixa de cartão (5º), frasco (6º), sachê flexível (7º), lata (8º), stand-up pouch flexível (9º) e aerosol (10º). Mundo do Marketing

Sesi-SP promove seminário internacional sobre economia criativa O Sesi-SP promoverá de 17 a 20 de abril, em três municípios do Estado (Capital, Campinas e Ribeirão Preto), o Seminário Internacional de Economia Criativa, Cultura e Negócios. Considerado o maior encontro sobre o assunto no Brasil, o evento reunirá mais de 30 especialistas de diferentes países. Com curadoria da economista Ana Carla Fonseca, o seminário abordará temas como legado de grandes eventos e oportunidades criativas da Copa 2014 para cidades não sede. A economia criativa, que reúne a produção intangível ligada ao conhecimento e à criatividade, é um conceito novo no Brasil – chegou ao País há menos de dez anos e o Ministério da Cultura está implantando uma secretaria específica para tratar do assunto. O seminário, que contará com tradução simultânea, é voltado para formadores de opinião, empreendedores criativos, empresários, gestores públicos e executivos em geral. A programação é gratuita e as inscrições devem ser feitas pelo site www.sesisp.org.br/cultura. Abigraf

Agfa lança relatório de impacto ambiental na impressão A Agfa anunciou um novo relatório sobre o impacto ambiental nos processos de impressão. Chamado de Environmental Impact of Print: Analyzing an Industry (na tradução livre Impacto Ambiental de Impressão: Analisando uma Indústria), o documento foi escrito pelo Flemish Institute a pedido da Agfa Graphics, e aborda itens como emissão de carbono (PCF) e reciclagem dos mais recentes modelos de CtP Agfa. Todo o relatório foi produzido com base no princípio ecologia e benefícios econômicos. Para sua execução, fábricas da Agfa foram analisadas, observando-se os índices de PCF em processos de produção de diferentes tipos de chapas. Os melhores resultados foram observados nos modelos mais modernos de CtP, segundo nota da Agfa sobre o assunto, mostrando que, nas gerações atuais de equipamentos, tecnologia e ecologia estão convergindo. O próximo passo no estudo e levantamento de dados sobre sustentabilidade no setor gráfico é analisar o ciclo de vida dos componentes (LCA). Abigraf Heidelberg apresenta portfólio de impressão digital sob a marca Linoprint Na próxima Drupa, que acontecerá entre os dias 3 e 16 de maio, em Duesseldorf, na Alemanha, a Heidelberg anunciará uma nova marca para sua linha de soluções digitais para impressão comercial e de embalagens: a Heidelberg Linoprint. A série Linoprint C (com soluções para gráficas comerciais) de impressão digital para baixas tiragens e dados

variáveis ser á apresentada com o novo fluxo de trabalho Prinect Digital Print Management. Este sistema permite a produção integrada entre impressão offset e digital, incluindo planejamento dos trabalhos, gerenciamento de cores e controle de produção desde a pré-impressão até o acabamento. Outro lançamento será a série Linoprint L, com sistemas para a produção econômica de etiquetas, rótulos e embalagens sob demanda. A solução permite aplicações pioneiras, como etiquetas inteligentes, impressões de segurança e etiquetas rastreáveis. Abigraf

M&M promove pesquisa sobre indústria gráfica Para produtores gráficos de 43 de algumas das maiores agências de comunicação do mercado brasileiro, qualidade é o quesito mais importante na hora de contratar uma gráfica. Depois, são valorizados preço e agilidade na prestação de serviços. As informações são resultados de uma enquête realizada pelo Meio & Mensagem para identificar não apenas os fatores determinantes para contratação desse tipo de fornecedor como também para apontar as empresas que mais se destacam na opinião de profissionais que trabalham com publicidade, marketing direto e promocional. Nesse campo, a gráfica predileta pelas empresas é a Stilgraf. Na ordem das preferências das agências vêm Leograf, Burti, Aquarela e Litokromia. Este material faz parte da reportagem especial Indústria Gráfica, publicada na edição 1504 de Meio & Mensagem, de 9 de abril. Meio & Mensagem

Aposentadoria especial atividades prejudiciais à saúde ou integridade física A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados pode votar o PL 1.922/07, do deputado Cleber Verde (PRB-MA), que acrescenta parágrafo ao artigo 57, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. De acordo com a proposta, a empresa ou cooperativa ficam obrigadas a fornecer o formulário PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) ao empregado beneficiário da aposentadoria especial para que possa comprovar atividade em condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física. O relator, deputado Dr. Grilo (PSL-MG) apresentou ao projeto parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Salário maternidade O colegiado pode votar também, o PL 4.448/04, da Marinha Raupp (PMDB-RO), que dá nova redação aos artigos 71, 72 e 124 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a concessão de salário-maternidade à segurada desempregada. A relatora, deputada Sandra Rosado (PSB-RN), ofereceu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo à proposta.

Despedida arbitrária Pode ser apreciado ainda, o PLP 8/03, do deputado licenciado Maurício Rands (PT-PE), que regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição, que protege a relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa. O deputado João Paulo Lima (PT-PE), como relator, ofereceu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Este projeto já foi rejeitado pela Comissão de Trabalho. Caso o projeto também seja rejeitado na CCJ e não houver recurso contrário à decisão do colegiado, o projeto poderá ser arquivado.

Piso salarial Deve ser apreciado na comissão o PLP 282/08, do deputado Brizola Neto (PDT-RJ), que altera a Lei Complementar 103, de 14 de julho de 2000, a fim de dispor que convenções e acordos coletivos de trabalho devem observar o piso salarial nela instituído. Devendo fixar o piso salarial em valor igual ou superior ao piso regional. O relator, deputado João Campos (PSDB-GO), sugeriu parecer pela constitucionalidade, juridicidade da matéria.

Gratificação por tempo de serviço O colegiado pode analisar também, o PL 440/07, da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), que altera o artigo 457 da CLT, a fim de dispor sobre gratificação por tempo de serviço. O relator, deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e da emenda apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Permissão de peso máximo A CCJ pode apreciar também o PL 7.379/06, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (PLS 343/2005), que altera o artigo 434 da CLT. A proposta estabelece o peso máximo permitido para o transporte manual de ensacados, que deverá ser fixado em 30 Kg para o transporte manual de sacos, realizado por um só trabalhador, compreendendo também o levantamento e a deposição da mercadoria ensacada. A deputada Sandra Rosado (PSB-RN), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e da Emenda da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Já foi concedido vista ao

deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). **Regime de sobreaviso** A comissão pode apreciar ainda o PL 4.060/08, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que inclui parágrafos ao artigo 4º e altera a redação do parágrafo 2º do artigo 244 da CLT, para regular o regime de sobreaviso. É considerado regime de sobreaviso o período em que o empregado fica à disposição do empregador aguardando a qualquer momento suas ordens, não prejudicando a sua caracterização o fato de o empregado não comparecer ao local de trabalho, desde que esteja aguardando o chamado para o serviço, por meio de BIP ou telefone, estando ou não em sua residência. O deputado Dr. Grilo (PSL-MG) apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Já foi concedido vista ao deputado Paes Landim (PTB-PI), que apresentou voto em separado contrariando o parecer do relator. **Corretor de imóveis** Pode ser apreciado no colegiado o PL 1.872/07, do deputado Edinho Bez (PMDB-SC), que acrescenta dispositivo à Lei 6.530, de 12 de maio de 1978, a fim de dispor sobre o corretor de imóveis associado. O relator, deputado Fabio Trad (PMDB-MS), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e pela antirregimentalidade da emenda apresentada nesta Comissão. **Profissão**

psicomotricista Na pauta da comissão para possível apreciação, o PL 795/03, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), que dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de psicomotricista e autoriza a criação dos conselhos Federal e regionais de Psicomotricidade. O relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria. **Podólogo** Pode ser apreciado também o PL 6.042/05, do deputado José Mentor (PT-SP), que dispõe sobre o exercício da profissão de podólogo. O relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das emendas Substitutivas das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Seguridade Social e Família, e pela inconstitucionalidade da Subemenda da Comissão de Seguridade Social e Família. A Comissão se reúne, na terça-feira (17), às 14h30, e na quarta-feira (18), às 10h, e na quinta-feira (19), às 10h. Todos os encontros serão no plenário 1. **Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público**

Peso a ser removido pelo trabalhador A Comissão de Trabalho e Administração e Serviço Público pode votar o PL 5.746/05, do Senado Federal (PLS 19/03), que altera o artigo 198 da CLT, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente. De acordo com a proposta o peso será reduzindo para 30 Kg sendo o peso máximo que um trabalhador pode remover. A relatora, deputada Flávia Moraes (PDT-GO) ofereceu parecer pela aprovação do projeto. Já foi concedido vista conjunta aos deputados André Figueiredo (PDT-CE), Augusto Coutinho (DEM-PE) e Laércio Oliveira (PR-SE).

Assistentes sociais O colegiado pode votar ainda o PL 3.150/08, da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que dispõe sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais. O relator, deputado Augusto Coutinho (DEM-PE) ofereceu parecer pela rejeição deste e das emendas 1, 2 e 3/08, apresentadas na Comissão. A deputada Sandra Rosado (PSB-RN) apresentou voto em separado contrário ao parecer da relatora. **Estabilidade de empregados** A Comissão pode votar também o PL 4.296/08, do deputado Deley (PSC-RJ), que dispõe sobre a estabilidade de empregados de empresas objeto de cisão, fusão, incorporação ou agrupamento societário. O relator, deputado Eudes Xavier (PT-CE) apresentou parecer pela aprovação da matéria.

Trabalhador estudante O colegiado pode votar o PL 4.475/08, do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), que concede horário especial ao trabalhador estudante. O relator, que apresentou parecer pela aprovação é o deputado Assis Melo (PCdoB-RS). Foi concedido vista ao deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). O deputado Augusto Coutinho (DEM-PE) apresentou voto em separado.

Profissionais liberais A Comissão de Trabalho pode votar ainda o PL 6.320/09, do deputado licenciado Maurício Rands (PT-PE), que altera o parágrafo 3º do artigo 511 da CLT, para incluir as profissões liberais no conceito de categoria profissional diferenciada. O relator, deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) apresentou parecer pela aprovação da matéria. Já foi concedido vista da matéria ao deputado Dr. Grilo (PSL-MG). **Bugueiro** A Comissão pode apreciar a proposta que visa regulamentar profissão. É o caso do PL 6.314/09, do deputado Fábio Faria (PMN-RN), que dispõe sobre o exercício da profissão de bugueiro. A relatora, deputada Gorete Pereira (PR-CE) ofereceu parecer pela aprovação do projeto. **Maitre e garçom** O colegiado pode votar o PL 6.558/09, do ex-deputado e atual senador Ciro Nogueira (PP-PI), que dispõe sobre o

exercício das profissões de maitre e garçom. A relatora, deputada Sandra Rosado (PSB-RN) apresentou parecer pela aprovação da matéria. **Auxiliar de farmácias e drogarias** Ainda tratando de regulamentação de profissão, o colegiado pode votar o PL 668/11, do deputado Policarpo (PT-DF), que regulamenta o exercício da profissão do auxiliar de farmácias e drogarias. O relator, deputado Mauro Nazif (PSB-RO) apresentou parecer pela aprovação do projeto. Já foi concedido vista ao deputado Laercio Oliveira (PR-SE), que apresentou voto em separado contrário ao parecer do relator. **Garantia no emprego** Outro projeto em pauta é o PL 120/11, do deputado Assis Melo (PCdoB-RS), que acrescenta artigo à CLT, para dispor sobre a garantia no emprego durante e após as férias. O relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) apresentou parecer pela aprovação da iniciativa de lei. Já foi concedido vista conjunta aos deputados Eudes Xavier e Laercio Oliveira. Os deputados Augusto Coutinho e Laercio Oliveira apresentaram votos em separado contrários ao parecer do relator. A Comissão se reúne, nesta quarta-feira (18), às 10h, no plenário 12. **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Terceiriza** Está em pauta o PL 6.975/06, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), que dispõe sobre a formação compulsória de provisão, pelas empresas prestadoras de serviços, para o pagamento de obrigações trabalhistas. O relator da matéria é o deputado Luis Tibério (PTdoB-MG) apresentou parecer pela aprovação do projeto. O colegiado se reúne às 9h30, desta quarta-feira (18), no plenário 5. **Comissão de Seguridade Social e Família Terceiriza** A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados pode votar o Requerimento 207/12, do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), para realização de audiência pública para debater o impacto na saúde dos trabalhadores terceirizados. **Redução da jornada na indústria de alimentos** A Comissão pode votar também o PL 6.232/09, do deputado Marco Maia (PT-RS), que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho como fator de prevenção de doenças ocupacionais nas indústrias de alimentos. O relator, deputado Rogério Carvalho (PT-SE) apresentou parecer pela aprovação da matéria. Já foi concedido vista ao deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS). **Comissões especiais Igualdade de direitos trabalhistas** A comissão Especial sobre Igualdade de Direitos Trabalhistas, PEC 478/10, se reúne nesta quarta-feira (18), para votar requerimentos de audiências públicas. A proposta revoga o parágrafo único do artigo 7º da Constituição, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. A reunião será no plenário 4, às 14h30. **DIAP Jorge Caetano Ferminopj**